



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER CJR**

**Projeto de Lei nº 063/2025 – Executivo**

**Autor: Prefeito Municipal**

**Relator: Vereador Thiago Henrique Carlos da Silva**

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 063/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo, propõe a alteração do enquadramento do cargo em comissão de Chefe de Limpeza, atualmente classificado como CC-3, para o nível CC-2, no âmbito da Lei Municipal nº 2.313/2025, que trata da estrutura administrativa do Município de São João do Ivaí.

A justificativa anexa argumenta que a medida visa ajustar a classificação do referido cargo à sua real complexidade e responsabilidade funcional, promovendo coerência entre atribuições, hierarquia e remuneração, em conformidade com os princípios da administração pública.

#### **II – ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA**

##### ***a) Competência e Iniciativa***

A proposta trata de matéria atinente à organização administrativa da estrutura de cargos em comissão do Poder Executivo, sendo de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, conforme disposto no art. 61, §1º, II, da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

##### ***b) Constitucionalidade e Legalidade***

A alteração de enquadramento de cargo em comissão respeita os limites constitucionais, uma vez que tais cargos não se submetem à regra do



concurso público (CF, art. 37, II), desde que utilizados para funções de direção, chefia ou assessoramento, como é o caso em exame.

Não há criação de novo cargo, apenas reclassificação funcional, o que é legítimo, desde que fundamentado em critérios objetivos e compatíveis com a função, como se verifica na exposição de motivos apresentada pelo Executivo.

A medida está amparada nos princípios constitucionais da Administração Pública (legalidade, moralidade, eficiência e economicidade – art. 37, caput, da CF), sobretudo ao buscar adequar a remuneração às reais exigências do cargo.

#### ***c) Juridicidade***

A iniciativa se coaduna com os princípios do Direito Administrativo, em especial a supremacia do interesse público e a razoabilidade da gestão de pessoal. A proposta não apresenta vício de forma, objeto ou motivação, sendo juridicamente válida.

#### ***d) Técnica Legislativa***

A redação do projeto é clara, objetiva e compatível com as exigências da Lei Complementar nº 95/1998, que rege a elaboração das normas legais. A ementa e os dispositivos normativos estão redigidos de forma adequada. Sugere-se apenas a correção da ementa para: *"Altera o enquadramento do cargo de Chefe de Limpeza constante da Lei nº 2.313/2025 e dá outras providências."*

### **III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante do exposto, esta relatoria entende que o Projeto de Lei nº 063/2025 – Executivo está em conformidade com os princípios constitucionais e legais aplicáveis, sendo juridicamente viável e redacionalmente adequado, com sugestão de ajuste na ementa.



São João do Ivaí, 22 de agosto de 2025.


**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator da Comissão de Justiça e Redação*



### **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Justiça e Redação, após análise detalhada, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 063/2025 – Executivo, por considerá-lo constitucional, legal e juridicamente adequado, com sugestão de ajuste redacional na ementa, nos termos do voto do relator.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2025.

  
**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
*Presidente*

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator*

  
**Astalair Tiba Monteiro**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

#### **PARECER CFO**

**Projeto de Lei nº 063/2025 – Executivo**

**Autoria: Prefeito Municipal**

**Relatora: Vereadora Sidineia de Oliveira Knupp**

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 063/2025 propõe a alteração do enquadramento do cargo comissionado de Chefe de Limpeza, atualmente no nível CC-3, para o nível CC-2, com consequente aumento de vencimento de R\$ 3.000,00 para R\$ 3.600,00, implicando acréscimo mensal de R\$ 600,00 à folha de pagamento, com repercussão orçamentária no exercício financeiro de 2025.

#### **II – ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

##### ***a) Estimativa de Impacto Orçamentário***

Foi apresentada estimativa de impacto elaborada pela Contabilidade Municipal, apontando incremento de R\$ 144.117,49 para o exercício de 2025 (4 meses), com reflexo de 0,2814% sobre a Receita Corrente Líquida prevista de R\$ 51.207.040,00.

##### ***b) Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal***

Conforme o relatório técnico, o índice global de gasto com pessoal, considerando os demais projetos correlatos, alcançaria 48,75%, abaixo do limite de alerta de 51,3% e do limite máximo de 54% fixados pela Lei Complementar nº 101/2000 (art. 20, III, “b”).

Assim, a proposta está em conformidade com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto aos arts. 16 e 17.



### ***c) Compatibilidade com o Planejamento Orçamentário***

A proposta está alinhada com os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), não havendo necessidade de suplementações adicionais para sua execução, segundo a análise técnica anexada.

### **III – CONCLUSÃO DA RELATORA**

Diante da regularidade da documentação apresentada, da adequação fiscal e orçamentária e do impacto marginal da medida na despesa com pessoal, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 063/2025 – Executivo.

São João do Ivaí, 22 de agosto de 2025.

  
***Sidineia de Oliveira Knupp***

*Relatora da Comissão de Finanças e Orçamento*



## **PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

A Comissão de Finanças e Orçamento, reunida nesta data, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 063/2025 – Executivo, por entender que a proposta apresenta impacto financeiro compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal e está em consonância com os instrumentos de planejamento orçamentário do Município.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2025.

**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Presidente*

**Sidineia de Oliveira Knupp**  
*Relatora*

**Edgar Santos de Carvalho**  
*Membro*